



ATA DA 331ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia trinta de junho de dois mil e nove, às nove horas e trinta minutos, no auditório da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, realizou-se a 331ª reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM. O conselheiro Eduardo Mattedi, secretário executivo, iniciou a abertura dos trabalhos, convidando o conselheiro Juliano Sousa Matos, presidente, para iniciar a Cerimônia de Posse dos novos conselheiros que integrarão a composição para o biênio 2009-2011. Os conselheiros: Ailton de Jesus Araújo representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB/BA; Ana Maria de Lima Santos representante da Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA; Antonio Matias representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM; Aurinézio Calheira Barbosa representante do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari – COFIC; Benito Muiños Juncal representante da Secretaria do Planejamento – SEPLAN; Celene Almeida de Brito representante da entidade ambientalista GRIN9 – Educação e Gestão Ambiental; Débora Fontes Palmeira de Cerqueira representante da entidade ambientalista Movimento Ambientalista ECOTERRA; Domingos Leonelli Neto representante da Secretaria de Turismo da Bahia – SETUR; Emiliano José Silva Santiago representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/BA; Eunápio Ladeia de Queiroz representante da Cooperativa da Construção Civil do Estado da Bahia – COOPERCON-BA; Flávia Delgado Santana representante da entidade ambientalista Associação Rosa dos Ventos; Gilson Correia de Carvalho Conselho Regional de Biologia 5ª Região – CRBio5; Guilherme de Castro Moura representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB; Hélio Ferreira da Silva representante da Cooperativa Regional da Agricultura Familiar Agro-Ecológica do Entorno do Descobrimento Responsabilidade LTDA –CAFAED; Iglésias Brasil Cabalero Instituto de Ação Ambiental da Bahia – IAMBA; Isabel Cristina Ligeiro representante da entidade ambientalista Instituto de Defesa, Estudos e Integração Ambiental – IDEIA; José Augusto Cerqueira Lima Ribeiro representante da Associação Baiana de Reflorestamento do Distrito Norte da Bahia – ABRE; José Augusto Saraiva Peixoto representante da entidade ambientalista Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental – GERMEN; José Cisino Menezes Lopes representante da Cooperativa de Desenvolvimento do Agronegócio do Oeste da Bahia – CODEAGRO; José Emárcio Bezerra Torres representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia – CREA-BA; José Roberto Caldas Pinto representante da entidade ambientalista Organização Sócio-Ambientalista Pró-Mar; José Roberto Pedreira Franco Celestino representante do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva – SINAENCO; Josemário Martins da Silva representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacaré; Laelson Dourado Ribeiro representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM; Litercílio Pereira Nonato representante da entidade ambientalista Colônia de Pescadores Z-49 Pilão Arcado; Lucélia de Melo Berbert representante da entidade ambientalista Instituto Floresta Viva; Lúcia Angelo Machado Mendes representante da entidade ambientalista Projeto Amiga Tartaruga – PAT ECOSMAR; Luis Fernando Galvão de Almeida representante do Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado da Bahia – SINDIBRITA; Marcelo Nunes de Abreu representante da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI; Marcos Melo Neto representante do Sindicato da Indústria de Construção do Estado da Bahia – SINDUSCON-BA; Maria Valéria Gaspar Ferreira representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR; Osvaldina Rocha dos Santos Cruz representante da entidade ambientalista Associação Flora Brasil; Paulo Vila Nova Souza representante da entidade ambientalista Instituto de Estudos Sócio Ambientais do Sul da Bahia – IESB; Rogério Mucugê Miranda representante da entidade ambientalista Grupo Ambientalista da Bahia – GAMBÁ; Sergio de Almeida Bastos representante do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos, para fins Industriais, Petroquímicas, e de Resinas Sintéticas de Camaçari, Candeias e Dias D’Ávila – SINPEQ; Sidivaldo Pereira de Oliveira representante da entidade ambientalista Grupo Ambiental Natureza Bela e Vera Lúcia Frazão Barreto Alves representante da Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA. Foram devidamente empossados e assinaram o Termo de Posse; o

56 Presidente Juliano Matos destacou a inclusão da Secretaria do Turismo - SETUR,
57 conforme Decreto que alterou o artigo 339, inciso VII, do Decreto 11.235, bem como a
58 incorporação neste Conselho das Comunidades Tradicionais; deu boas vindas aos novos
59 conselheiros observando que estes muito contribuirão nas discussões políticas e
60 temáticas da sociedade no que tange as decisões das questões ambientais; fez uma
61 homenagem aos conselheiros e conselheiras que deram sua contribuição decisiva ao
62 longo do biênio 2007-2009, tornando o Conselho mais conhecido e um dos mais
63 atuantes, considerado grande referência do Estado. Em seguida foi entregue Certificado
64 de integrante do Conselho nominalmente. O Presidente passou a palavra ao conselheiro
65 Domingos Leonelli, representante da Secretaria de Turismo que cumprimentou a todos e
66 falou das expectativas com essa participação; disse que essa Secretaria se utilizava de
67 exames prévios com o IMA facilitando toda uma caminhada. Comentou que entendia que
68 a preservação ambiental era essencial à atividade do turismo, mas com um complemento
69 de que era preciso ter, além da preservação, um estado de desenvolvimento. O
70 Presidente fez referência à participação e atuação da conselheira Letícia Nobre,
71 representante da Secretaria da Saúde; em seguida passou a presidência para o
72 Secretário Executivo Eduardo Mattedi que destacou as presenças de Sr. Pedro Ricardo
73 Moreira, diretor de licenciamento e da Sra. Carla Fabiola, diretora de fiscalização do IMA.
74 Estiveram presentes pela Secretaria Executiva: Juliana Freitas, Mariama Bordin, Kitty
75 Tavares, Eliuda Soares e Celeste Simões, além de convidados. Constaram em pauta:
76 abertura da sessão; Informes; Tribuna Livre; Apreciação da Ata da 330ª Reunião
77 Ordinária, de 29/05/09; Relato de Processos: adiado; pedido de vistas; diligenciado;
78 novos. O que ocorrer. O conselheiro Eduardo Mattedi cumprimentou a todos e como havia
79 *quorum* regimental a sessão foi aberta. Dando início a pauta falou sobre o andamento dos
80 trabalhos da Câmara Técnica de Biodiversidade e Áreas Protegidas - Ctbio com relação à
81 proposta de resolução que dispõe sobre os parâmetros de uso de ocupação na Zona de
82 Proteção Visual - ZPV da Área de Proteção Ambiental - APA Litoral Norte; registrou que
83 essa matéria estava sendo discutida dentro dessa Câmara e foi resolvida em outra
84 instância, contudo continuou essas discussões propondo-se uma indicação para
85 elaboração de um Plano de Manejo para a APA Litoral Norte, para correção do que foi
86 entendido como certa distorção; ressaltou que essa Câmara estava trabalhando
87 parâmetros que estavam definidos em Lei e algumas recomendações serão apresentadas
88 para discussão e apreciação deste Conselho. O conselheiro Iglesias pediu a palavra para a
89 ex-conselheira Roseane Palavizini que sugeriu uma apresentação no CEPRAM sobre
90 planejamentos das Secretarias, de forma que este Colegiado possa atuar na decisão do
91 modelo de desenvolvimento do Estado da Bahia, bem como os trabalhos das Câmaras
92 Técnicas possam ser permanentes no sentido de discutir as políticas públicas; se colocou
93 à disposição para colaborar com as respectivas Câmaras. O conselheiro Rogério Mucugê
94 externou indignação quanto ao Projeto de Lei, encaminhado à Assembléia Legislativa que
95 sancionou como Lei 11.476/09 que "criou a Política Estadual de Desenvolvimento do
96 Turismo Sustentável nas Áreas de Proteção Ambiental do Estado da Bahia", após ter
97 ocorrido uma decisão dentro deste Conselho sobre o assunto, bem como lamentou a
98 retirada da Secretaria da Saúde - SESAB, considerando que meio ambiente é uma
99 questão de saúde pública e anseia que essa posição possa ser revertida. O conselheiro
100 Iglesias disse que este conselho estava buscando atender as demandas num processo
101 considerado evolutivo, contudo não se sentia satisfeito, fazendo um apelo aos órgãos
102 responsáveis, que de certa forma originam essas demandas, para que haja mais
103 agilidade, mais aprofundamento a nível técnico para auxiliar a tomada de decisão pelos
104 Conselheiros, garantindo o cumprimento dos preceitos regimentais, bem como sejam
105 devidamente mais esclarecidos e estudados para que o voto dos conselheiros relatores
106 possa ser apresentado com precisão. O conselheiro Mattedi registrou que a Secretaria
107 Executiva junto ao Instituto do Meio Ambiente - IMA estavam determinados a garantir o
108 cumprimento dos prazos para envio das matérias em tempo hábil, visando o bom
109 funcionamento deste Conselho. Aproveitou o ensejo para solicitar aos conselheiros o
110 envio prévio do voto do relato dos processos para que se desse conhecimento aos demais
111 conselheiros, conforme regimento. O conselheiro Roberto Celestino registrou a
112 interrupção das discussões dentro da antiga Câmara Técnica de Saneamento Ambiental,

113 principalmente com relação à revisão das normas técnicas de barragens e a questão das
114 escórias de chumbo no município de Santo Amaro. O conselheiro Mattedi apresentou as
115 Câmaras Técnicas, respectivas denominações e finalidades, a saber: 1) Câmara Técnica
116 de Gestão Ambiental Compartilhada, que atuará na análise dos processos enviados pelos
117 municípios do Estado ao Conselho, bem como na atualização do anexo III, do decreto
118 11.235/08 referente a classificação dos empreendimentos com impacto ambiental;
119 informou que essa Câmara será constituída por nove membros, indicado pela entidade
120 conselheira; 2) espaços especialmente protegidos, biodiversidade e biossegurança, que
121 fará análise e avaliação de áreas potenciais para conservação, planos de manejo de
122 unidade de conservação e proteção ao patrimônio genético, a ser representada por seis
123 membros; 3) assuntos jurídicos, institucionais e normativos que terá o papel de discutir
124 temas técnico-jurídicos sob os aspectos constitucionais e das legislações ambientais
125 vigentes, avaliação de demandas jurídicas externas, elaboração de propostas sobre
126 normas e procedimentos solicitados pela Secretaria Executiva ou Conselheiro, será
127 representada por três membros; 4) Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável que
128 terá o papel de trabalhar a Gestão integrada no âmbito do Sistema Estadual do Meio
129 Ambiente – SISEMA; acompanhar o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE; contribuir
130 na elaboração do Plano Estadual do Meio Ambiente; fatores concorrentes com a melhoria
131 da qualidade de vida, tais como: saneamento básico; educação; habitação; saúde;
132 coleta, deposição e tratamento de resíduos; mudanças climáticas; espiral descendente de
133 carbono; infraestrutura de mobilidade e logística de transporte; planos, programas e
134 projetos governamentais, das esferas estadual ou federal, que representem interesses
135 para a transversalidade da questão ambiental; aproveitamento racional dos ativos
136 ambientais nas áreas da agricultura, da indústria e dos serviços, com sugestões de
137 implementação de alternativas e tecnologias mais limpas, compatibilizando com a
138 sustentabilidade e bons padrões ambientais, será representada por nove membros;
139 recomendou que durante o decorrer da sessão os conselheiros se articulassem para antes
140 do término da reunião apresentasse proposta de representação das entidades que
141 formularão a composição dessas Câmaras. Kitty Tavares ressaltou que as Câmaras
142 Técnicas não são deliberativas, atuarão como um reforço trabalhando de forma temática,
143 ou seja, avaliarão as ações tecnicamente e, *a posteriori*, submetidas ao Conselho. O
144 conselheiro Mattedi deu uma breve explicação de como deveria funcionar o espaço para
145 Tribuna Livre instituída dentro do Conselho, e solicitou que os conselheiros
146 manifestassem inscrição prévia para participar desse momento. Passou para o
147 conselheiro Sergio Bastos que solicitou uma maior atenção dos conselheiros, da
148 Secretaria Executiva e do IMA com relação as alterações sugeridas pelo relator da
149 matéria, normalmente registrada em voto ou durante as discussões no plenário, para
150 evitar prejuízos ao interessado perante o tempo que se leva para repassar as informações
151 necessárias para conclusão do processo aprovado. Passou para apreciação da Ata da
152 reunião 330ª, colocou em votação e foi aprovada sem alteração. Passou a apreciação dos
153 Processos Adiados: Processo nº 2008-020572/TEC/LI-0086 – ALPHAVILLE URBANISMO
154 S/A, para Licença de Implantação, conselheiro relator Ricardo Montagna; registrou que
155 essa licença teve Ad referendum, em 17.06.09, conforme acordado pelo plenário na
156 reunião anterior após diligência que foi solicitada pelo conselheiro Ricardo Montagna que
157 posteriormente encaminhou voto favorável a sua aprovação; colocou em discussão
158 seguida de votação e foi aprovada. Processo 2008-003832/TEC/AIMU-0214 – SUS
159 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, referente ao recurso de Auto de Infração de Multa,
160 conselheiro relator Laelson Ribeiro que apresentou seu voto indeferindo o recurso e todos
161 concordaram. Passou para a apreciação dos Processos com Pedido de Vistas: Processo nº
162 2006-004427/TEC/LL-0048 – BENSAL DO BRASIL HOLDING E PARTICIPAÇÕES LTDA, “Ad
163 Referendum” para Licença de Localização do empreendimento turístico hoteleiro,
164 conselheiros revisores Paulo Sergio, Roseane Palavizini, Luiz Galvão, Celene Brito e
165 Iglesias Cabalero. O conselheiro Paulo Sérgio Vila Nova apresentou ao plenário o voto
166 elaborado pelos revisores com algumas recomendações para alteração de condicionantes.
167 O conselheiro Luiz Galvão não acompanhou a manifestação dos demais conselheiros que
168 pediram vistas. A conselheira Celene Brito sugeriu acrescentar um acréscimo de
169 condicionantes, conforme discutido pelo grupo. A conselheira Celene Brito recomendou

170 que constasse como condicionante a criação de uma Comissão de Acompanhamento. Em
171 seguida, o conselheiro Mattedi colocou em votação as propostas de recomendações
172 apresentadas, a saber: 1ª) manter a redação original com a alteração na condicionante
173 1) que diz "*...que todo e qualquer alteração do projeto licenciado para área de ZPV*
174 *deverá retornar ao Cepram*" e manter a outra redação com exceção de "*...ao cumprir as*
175 *condicionantes*". 2ª) suprimir as condicionantes 1 e 8 e acrescentar: "*Recomenda-se que*
176 *a ZPV seja transformada em uma RPPN do empreendimento, como contrapartida da sua*
177 *implantação, a critério do empreendedor*". A proposta nº 2 foi aprovada. A proposta da
178 conselheira Celene Brito foi posta em votação e aprovada. Após a votação declarou
179 aprovado o Ad Referendum da Licença de Localização do empreendimento Bensal do
180 Brasil Ltda. Passou para o Processo nº 2007-008437/TEC/LL-0084 – Veracel Celulose
181 S/A, Termo de Referência para o EIA/RIMA, conselheiros revisores Paulo Vila Nova, Irundi
182 Edelweiss, Iglesias Brasil e Erisvaldo Melo. O conselheiro Luiz Galvão suplente do
183 conselheiro Irundi Edelweiss registrou que a análise do TR foi encaminhada a área técnica
184 do IMA para avaliar todos os elementos incluídos durante as discussões dos conselheiros
185 revisores; disse que o grupo identificou que algumas recomendações contidas nesse
186 Termo deveriam ser direcionados para a Licença de Implantação; informou que um item
187 muito importante não continha no Termo, e foi sugerido pelo grupo, "o monitoramento do
188 rio Jequitinhonha por se tratar de uma área de APP". O conselheiro Iglesias Cabalero
189 registrou que o Parecer Técnico do IMA fazia alusão a carência da necessidade de
190 estabelecer a zona econômica ecológica, inclusive a utilização deste importante
191 instrumento em várias áreas; fez um apelo, para que o processo de licitação do
192 Zoneamento possa ser acelerado em virtude dessa necessidade, para que o
193 empreendedor possa investir com mais tranquilidade. A Sra. Elizabeth Wagner registrou
194 que foi realizado o diagnóstico da área do Extremo Sul, através das oficinas de consulta
195 prévia aos estudos de impacto ambiental e lembrou a apresentação feita aos conselheiros
196 da gestão anterior e renovou seu interesse em reapresentar aos novos Conselheiros;
197 disse que especificamente para esse empreendimento pretendia-se fazer previamente a
198 avaliação ambiental estratégica; ressaltou que reconhecia que o Cepram seria o fórum
199 validador dessa avaliação. O conselheiro Paulo Vila Nova fez o seu relato com relação à
200 matéria e ressaltou que considerou, como base para sua análise o diagnóstico ambiental
201 por conter informações muito ricas sobre a região do Extremo Sul; destacou com mais
202 detalhe as propostas apresentadas para o projeto de reflorestamento constantes no
203 relatório do IMA, bem como as recomendações e sugestões de acréscimos para os
204 estudos para elaboração do Termo de Referência – TR. O conselheiro Erisvaldo Melo
205 encaminhou voto com várias considerações, dentre elas o seu parecer final, reiterando
206 sua opinião contrária à aprovação do Termo de Referência, mas não foi identificado
207 nenhum acréscimo. O conselheiro Luiz Galvão falou que considerava esse Termo de
208 Referência bem aplicável, bastante discutido, principalmente na produção do
209 monitoramento do rio Jequitinhonha que não estava previsto. A Sra. Elizabeth Wagner
210 esclareceu que uma das sugestões que estava sendo adotada pelo IMA era um elemento
211 de planejamento pactuado com a empresa, subordinado a esse licenciamento para
212 avaliação ambiental estratégica, bem como a acolhida feita por parte da empresa junto
213 ao diagnóstico ambiental; outra questão seria atualizar os dados das reservas legais,
214 especificamente da Veracel; citou que no relatório apresentado pelo conselheiro Erisvaldo
215 Melo, com relação ao percentual de ocupação, num total de 96 mil hectares (20%), o IMA
216 havia licenciado um saldo restante do que já havia sido licenciado na Gestão anterior;
217 registrou que as duas licenças emitidas na região de Eunápolis foram revogadas por
218 entender que tinha sido alcançado o limite de 20% do território do município estabelecido
219 pelo IMA. O conselheiro José Emárcio Torres comentou sobre as questões da área
220 agricultável, bem como os problemas sociais causados atualmente no município de
221 Eunápolis, podendo agravar cada vez mais em outras regiões essa proposta de
222 duplicação, contudo revelou não ser contra, mas enfatizou a necessidade extrema do
223 Estado dar celeridade à realização do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE,
224 condicionando-o ao EIA/RIMA. O conselheiro Rogério falou da necessidade de uma Gestão
225 da região e reforçou a prioridade do ZEE. O conselheiro Josemário Martins registrou e
226 lembrou as demissões dos trabalhadores de vários segmentos contradizendo as boas

227 intenções da empresa Veracel com o Estado da Bahia, sendo necessária análise de
228 dados sócios econômicos. O conselheiro Mattedi comunicou a existência do diagnóstico e
229 da avaliação ambiental estratégica elaborados pelo IMA, além da instituição e o
230 funcionamento de um grupo de trabalho formado pela SICM, SEPLAN e SEAGRI para
231 avaliação dos estudos sobre o Extremo Sul. Informou também sobre um processo de
232 desenvolvimento urbano sustentável em andamento, previsto para o processo de
233 Licitação da execução do ZEE. O conselheiro José Augusto Saraiva fez algumas
234 colocações e sugeriu priorizar as aptidões agrícolas onde poderão ser encontradas. O
235 conselheiro Iglesias Brasil destacou alguns aspectos básicos bem posicionados no Termo
236 de Referência, tais como as questões da concentração fundiária, monocultura e o
237 desenvolvimento social, cabendo ao Conselho definir e priorizar a melhor proposta e o
238 compromisso a ser assumido; registrou que durante a oficina pública pôde constatar a
239 demonstração de competência do IMA em levantar e cobrar dados apresentados pela
240 própria instituição. A conselheira Lucia Mendes falou que os dados apresentados pela
241 Veracel eram incoerentes com os dados do IMA; questionou quanto ao plantio
242 estabelecido em área agricultável dos municípios, ressaltando que os municípios de
243 Eunópolis, Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro já estavam com percentual
244 extrapolado, nas áreas considerados agricultáveis, mesmo assim foram incluídos nesse
245 TR. A Sra. Elizabeth Wagner esclareceu que, o licenciamento anterior adotou-se o
246 critério de plantio para área geral, atualmente o IMA estabeleceu que as licenças a partir
247 desse percentual adotassem o critério para áreas agricultáveis. O conselheiro Josemário
248 Martins fez algumas observações sobre a necessidade de agilizar a realização do ZEE e
249 sugeriu que o governo do Estado pudesse rever a proposta com relação às questões
250 tributária, bem como a criação de um Conselho de Desenvolvimento Sustentável no
251 território do Extremo Sul da Bahia. O conselheiro Benito Juncal falou do andamento das
252 ações que permeiam o processo licitatório para realização do ZEE; ressaltou as
253 contribuições que foram acatadas pelos conselheiros; informou que o Governo contratou
254 uma nova cartografia para o Estado da Bahia; disse que o Termo de Referência para
255 elaboração do ZEE já estava pronto e terá como prioridade o Extremo Sul; ressaltou
256 ainda, que poderia ser construído junto à empresa um afinamento do TR desse projeto e
257 o ZEE, sem maiores problemas; registrou que existia um Conselho na região do Extremo
258 Sul instituído pela Sociedade Civil e por motivo desconhecido foi desfeito, com isso o
259 Estado previa realizar caravanas em todos territórios da Bahia para prestar conta do
260 plano plurianual, com objetivo de recompor o Conselho de Desenvolvimento Territorial
261 envolvendo todos os segmentos. O conselheiro Mattedi registrou que esse Termo foi
262 apreciado pelo conselheiro relator Iglesias Cabalero com as devidas recomendações de
263 acréscimo; destacou que o conselheiro Paulo Vila Nova propôs quatro itens para o estudo
264 de elaboração do TR que serão submetidos à aprovação. a saber: "1) que o EIA considere
265 os dados, as orientações e as diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico que está em
266 andamento no Estado da Bahia; 2) apresentar o mapa da área individualizada de cada
267 um dos municípios previsto no empreendimento para o plantio de Eucalipto, exigência
268 obrigatória da Resolução CONAMA 001/86, bem como de suas alternativas de localização;
269 3) os mapas devem ter escala 1:25.000, levando em consideração pequenas unidades
270 ocupantes do espaço, a exemplo da agricultura familiar. O Estudo do IMA fez seus mapas
271 utilizando esta escala, "visando obter dados mais precisos e atualizados acerca da
272 situação do uso e ocupação da terra no Sul e Extremo Sul do estado".; 4) no TR, onde é
273 citada somente "comunidades tradicionais". Deve-se substituir para "comunidades rurais
274 e comunidades tradicionais"; O conselheiro José Emárcio apresentou mais um item:
275 5)"atrelar os estudos ambientais do licenciamento do projeto Veracel ao ZEE (término)..."
276 O conselheiro Mattedi colocou em votação: **os itens 2 e 4**, foram destacados e
277 aprovados por consenso; **o item 1**, foi aprovado com uma abstenção; **o item 3**, não foi
278 aprovado; **o item 5**, sugerido pelo conselheiro José Emárcio após discussões foi
279 considerado que essa proposta seria uma ação que inviabilizaria o projeto, houve um
280 consenso e o conselheiro José Emárcio decidiu retirá-lo. Por fim, o Termo de Referência
281 para EIA/RIMA da Licença de Localização da Veracel foi aprovado com acréscimo dos
282 itens acima aprovados pelo plenário. Passou para os Processos Diligenciados: Processo nº
283 2007-000667/TEC/AIMU-0036 – Cimento Poty, conselheira relatora Maria Valéria que

reapresentou seu voto com pedido de anulação da multa e naquele momento reiterou esclarecimentos da Diretoria de Fiscalização do IMA que pudesse dirimir algumas dúvidas, dada a ausência de representante da instituição, deu continuidade a diligência até a próxima reunião. Processo nº 2006-002043/TEC/AIIN-0022 – Agnólio Bozon Paes, conselheiro revisor Josemário Martins que registrou o recebimento do relatório do IMA em atendimento a diligência; disse que era do seu conhecimento, bem como citado nesse relatório a celebração de um convênio da Gestão Ambiental entre o “CRA” e a Prefeitura de Campo Alegre de Lourdes em 2002, e gostaria de que o IMA pudesse reaver uma cópia desse Convênio, para dirimir algumas dúvidas. O conselheiro Aurinézio Calheira, relator original desse processo, sugeriu uma reunião entre o conselheiro Josemário Martins e a Diretoria de Fiscalização do IMA para tratar do assunto em questão e retornar a pauta na próxima reunião, inclusive com informações mais atualizadas sobre o funcionamento da empresa. Passou para os Processos Novos: os Processos nºs 2008-000369/TEC/AIMU-0029 – MULTISERV LTDA, conselheiro relator Ailton Lisboa e 2007-004349/TEC/AIMU-0200 – HUMANO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, conselheiro relator José Renato foram adiados por motivos de ausência de ambos conselheiros. Processo nº 2008-003403/TEC/AIMU-0210 – ARW – COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, conselheiro relator Marcelo de Abreu apresentou voto pelo indeferimento do recurso a Multa e todos concordaram. Os Processos a seguir foram destacados para discussão: 1420090018119 – Proposta de alteração da resolução que dispõe sobre o Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas – CEEA, a Comissão Permanente do CEEA e a escolha das representações das entidades ambientalistas no Conselho Estadual do Meio ambiente – CEPRAM, conselheiro relator Iglesias Cabalero que apresentou as considerações efetuadas sobre as condições estabelecidas no CEEA a partir do artigo 4º; registrou que identificou algumas condições adotadas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – CNEA como sugestões que possam ser aplicadas no Cadastro Estadual; identificou que uma das diferenças entre esses Cadastros era a constituição da composição da Comissão; disse que a constituição dessa Comissão no CNEA era somente de representantes de entidades ambientalistas; fez referência quanto ao prazo para convocação dos interessados. Ato contínuo, o conselheiro Mattedi colocou em discussão os pontos que foram modificados e apresentados ao plenário. Os conselheiros Luiz Galvão, José Augusto Saraiva, Isabel Ligeiro, Ailton de Jesus Araújo, Rogério Miranda e Celene Brito participaram das discussões e apresentaram algumas sugestões. O conselheiro Mattedi expôs que no **Artigo 4º** constante da Resolução que tratava da Composição da Comissão, dever-se-ia permanecer a representação do Poder Público, principalmente com relação ao gerenciamento desse Cadastro, considerando a responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente em executar uma série de atos administrativos para garantir o funcionamento da Comissão. O conselheiro Iglesias Cabalero apresentou proposta para alterar que essa composição fosse constituída somente de representação de entidades ambientalistas. Por fim, colocaram em votação as duas propostas e foi aprovada com uma abstenção, a proposta de formação da composição por um representante da SEMA e mais 04 entidades ambientalistas, na condição de titular e suplente. O Artigo 8º, Artigo 10, § 1º, Artigo 11, inciso III e Artigo 12, incisos II, III e IV, e, o § 2º, foram votados individualmente e aprovados por unanimidade. Passou para o Processo nº 1420090010258 – Norma Técnica de Gerenciamento de Risco do Estado da Bahia, conselheiro relator Aurinézio Calheira que fez uma apresentação sobre o conteúdo proposto, discutido, apreciado e revisado na Câmara Técnica de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável juntamente com representantes do IMA; falou de todo processo de como foi desenvolvido para a construção e elaboração do conteúdo dessa Norma com a participação intensa do IMA, bem como as recomendações propostas pela Câmara Técnica a serem submetidas a aprovação do plenário. Em seguida, passou a palavra a Sra. Ana Paula Monção representante da DNV empresa que fez a consultoria para desenvolvimento dessa Norma; fez um breve histórico do surgimento da proposta sobre gerenciamento de riscos e passou informações técnicas. Por fim, o conselheiro Aurinézio Calheira disse que uma das recomendações propostas seria o treinamento da equipe técnica do IMA. A conselheira Lucia Ângelo falou sobre a questão do prazo e efeito da gestão do Plano para

341 Gerenciamento de Risco com relação às mudanças que poderão ocorrer nas empresas. O
342 conselheiro Aurinézio Calheira disse que a gestão de risco era contínua, e, quanto ao
343 processo de análise de risco num prazo de 05 anos, uma vez identificada alteração no
344 ambiente, era necessária se fazer uma nova análise não só de pessoas, assim como das
345 instalações do ambiente. O conselheiro Mattedi colocou em votação e foi aprovada por
346 unanimidade. Passou para o Processo 2008-018095/TEC/LL-0129 – DESENVIX S/A,
347 referente à Licença de Localização para o complexo eólico no município de Macaúbas,
348 conselheira Maria Valéria apresentou seu voto favorável considerando adequado os
349 condicionantes propostos pelo IMA; registrou que, por solicitação do empreendedor
350 houve modificação na Resolução com relação aos prazos para cumprimento de
351 condicionantes. O conselheiro Mattedi colocou em discussão e informou que o Estado
352 possuía mapas das jazidas de ventos e que toda área central da Bahia era considerada
353 muito rica para esse tipo de atividade. Ato contínuo, a matéria foi votada e aprovada por
354 unanimidade. Passou para o Processo 2008-000919/TEC/LL-0018 – Barra Velha
355 Agropecuária Ltda, referente ao Termo de Referência para o EIA/RIMA, conselheiro José
356 Cisino que apresentou voto favorável e registrou toda a característica do projeto. O
357 conselheiro Josemário Martins destacou sua preocupação com as comunidades
358 tradicionais nessa região, bem como identificar as áreas que poderão estar indiretamente
359 de influência do empreendimento. O conselheiro Mattedi colocou em votação e foi
360 aprovado por unanimidade. Em seguida passou para escolha de membros das Câmaras
361 Técnicas, Fórum Baiano de Mudanças Climáticas, bem como Câmara de Compensação
362 Ambiental. Foi definido como titular e suplente respectivamente para essa Câmara de
363 Compensação: GERMEN e FIEB; a entidade ambientalista IAMBA representará o Cepram
364 no Fórum Baiano. Com relação às Câmaras Técnicas, a Resolução 3.926 de 6.03.09, que
365 “estabelece normas gerais sobre criação, organização, funcionamento e extinção de
366 câmaras técnicas no âmbito do Cepram...”, após alguns questionamentos e discordância
367 quanto ao equilíbrio e representatividade dos segmentos estabelecidos, no artigo 3º,
368 quanto à participação dos “...empreendedores”, foi alterado para “setor produtivo”,
369 conforme decreto 11.235/08, que regulamenta a Lei 10.431/06. Será publicada uma
370 errata para formalizar essa alteração. As Câmaras Técnicas ficarão instituídas com as
371 seguintes denominações: Gestão ambiental compartilhada (9 membros); Espaços
372 especialmente protegidos, biodiversidade e biossegurança (9 membros); Assuntos
373 jurídicos, institucionais e normativos (3 membros); e Políticas Públicas e
374 Desenvolvimento Sustentável (9 membros). Ato contínuo, passou para escolha das
375 entidades que representarão as respectivas câmaras; ficou pendente de definir algumas
376 representações para o Poder Público, cabendo a Secretaria Executiva articular e proceder
377 aos encaminhamentos para formalizar as composições, respectivamente. O conselheiro
378 Mattedi falou da importância do funcionamento da Câmara Técnica de Políticas Públicas,
379 além das demais, principalmente com relação às questões referentes Usinas
380 Termoelétricas; comunicou que o Governo do Estado estava trabalhando no sentido de
381 atrair empreendimento fornecedor de equipamento de energia eólica, precisaria de
382 demanda estabelecida a partir dos leilões de políticas de instalação de geração;
383 considerou que através de discussões entre os integrantes dessa Câmara, o Conselho
384 poderá atuar decisivamente sobre o assunto; registrou que a FIEB e a entidade
385 ambientalista IAMBA representarão o CEPRAM na Conferência de Saúde Ambiental. A
386 conselheira Maria Valéria solicitou que constasse no Certificado entregue aos conselheiros
387 “biênio 2007-2009”; o conselheiro Iglesias Cabalero propôs uma Moção de incentivo a
388 BRASKEM pelas atividades desenvolvidas durante a semana do meio ambiente. O
389 conselheiro Mattedi também sugeriu uma Moção pela programação do Canal Futura,
390 durante o mês de junho especificamente na semana de meio ambiente. O conselheiro
391 Josemário Martins solicitou informações sobre a ampliação do Aeroporto 2 de Julho. O
392 conselheiro Paulo Vila Nova registrou, a pedido, do Conselho Municipal de Ilhéus que,
393 todo e qualquer Processo em pauta daquela região consultasse antes o Conselho
394 Municipal, visando maior integração entre os Conselhos. Em seguida o conselheiro
395 Eduardo Mattedi presidente em exercício, agradeceu a presença de todos. Sem mais
396 nada a ser discutido, a sessão foi encerrada às 18h30. Eu, Eliuda Soares Costa dos

397 Santos lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais integrantes deste Conselho.
398 Salvador, 30 de junho de 2009.

399 **Presentes:**

400 **Membros CEPRAM:**

401 Eduardo Mattedi – Secretário Executivo
402 Juliano Sousa Matos – Presidente
403 Ailton de Jesus Araújo – CTB/BA;
404 Ana Maria de Lima Santos– SICM;
405 Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC;
406 Benito Muiños Juncal– SEPLAN;
407 Celene Almeida de Brito– GRIN9;
408 Débora Fontes Palmeira de Cerqueira - ECOTERRA;
409 Domingos Leonelli Neto – SETUR;
410 Emiliano José Silva Santiago – ABES/BA;
411 Eunápio Ladeia de Queiroz - COOPERCON-BA;
412 Flávia Delgado Santana - Associação Rosa dos Ventos;
413 Gilson Correia de Carvalho – CRBio5;
414 Guilherme de Castro Moura – FAEB;
415 Hélio Ferreira da Silva – CAFAED;
416 Iglésias Brasil Cabalero – IAMBA;
417 Isabel Cristina Ligeiro – IDEIA;
418 José Augusto Cerqueira Lima Ribeiro – ABRE;
419 José Augusto Saraiva Peixoto – GERMEN;
420 José Cisino Menezes Lopes – CODEAGRO;
421 José Emárcio Bezerra Torres – CREA-BA;
422 José Roberto Caldas Pinto - Pró-Mar;
423 José Roberto Pedreira Franco Celestino – SINAENCO;
424 Josemário Martins da Silva - STI;
425 Laelson Dourado Ribeiro – SICM;
426 Litercílio Pereira Nonato - Colônia de Pescadores Z-49 Pilão Arcado;
427 Lucélia de Melo Berbert - Instituto Floresta Viva;
428 Lúcia Angelo Machado Mendes – PAT ECOSMAR;
429 Luis Fernando Galvão de Almeida – SINDIBRITA;
430 Marcelo Nunes de Abreu – SEAGRI;
431 Marcos Melo Neto – SINDUSCON-BA;
432 Maria Valéria Gaspar Ferreira – SEDUR;
433 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Associação Flora Brasil;
434 Paulo Sérgio Vila Nova Souza – IESB;
435 Rogério Mucugê Miranda – GAMBÁ;
436 Sergio de Almeida Bastos – SINPEQ;
437 Sidivaldo Pereira de Oliveira - Natureza Bela;
438 Vera Lúcia Frazão Barreto Alves – SEINFRA;

439 **Secretaria Executiva/SEMA/SPS:**

440 Kitty Tavares
441 Celeste Simões
442 Mariama Bordin
443 Juliana Freitas
444 Eliuda Soares
445 [Jader Silva](#)